

# Dívida externa — evitar as soluções radicais

\* 4 MAI 1989

GAZETA MERCANTIL

Jan Wiegierink (\*)

Dias atrás, declaração rotineira de Fernão Braçher, economista e ex-presidente do Banco Central, deu limites novos e acrescentou cores pesadas ao problema número um do País, o da dívida externa. Afirmou ele que o "Brasil paga mais juros e fica mais endividado". Todo o superávit comercial dos últimos anos, a impressionante cifra de US\$ 70 bilhões, foi entregue aos credores, unicamente para a satisfação dos juros.

Definitivamente, esse é o problema-pesadelo que aflige todos quantos, de um ou outro modo, se interessam pela boa saúde das finanças nacionais. Problema que tem sido discutido não só por governantes e economistas mas também por sindicalistas, políticos, banqueiros, jornalistas e até por membros do clero.



Tanta discussão, bem como a ausência de luz confiável no fundo desse túnel tão largo quanto longo e trevoso, vai conduzindo o assunto para um estágio sumamente perigoso, o da radicalização.

Alguns entendem que o Brasil, simplesmente, deve recusar-se a qualquer pagamento. E ponto final. Adotar tal procedimento será promover a separação do Brasil da comunidade econômica mundial, com resultados negativos facilmente previsíveis.

Outros insistem no cumprimento religioso das obrigações impostas pela dívida. Decisão que prolongará, quem sabe até quando, a sangria dos melhores recursos nacionais, já de si insuficientes para atender a todos os reclamos do desenvolvimento e da justiça social. Como sempre, parece, o acerto está entre o oitavo e o oitenta.

E esse ponto de razoável equilíbrio já foi entrevistado. É o da conversão da dívida. Algo já se caminhou nessa direção. Mais e mais de-

pressa se caminhará rumo à meta, se ao quadro dos que se têm feito ouvir e ao qual aludimos acima, forem acrescentados os empresários. Pois é minha firme convicção, e felizmente também de crescente número de observadores, que a solução do problema passa, necessariamente, pela empresa privada.

E que a dívida só poderá ser paga pelo aumento da produção, e esta somente será possível e efetiva pela capitalização das empresas que a isso se vocacionem e se habilitem. Está provada a inépcia da tese um tanto radical de que só se obtém fundos para um pagamento dessa monta prejudicando ou o credor, que deixará de receber, ou o devedor, que dará o seu sangue para cumprir a obrigação.

Confoio em que tudo se possa resolver pelo melhor, conforme aliás as lições da História, em diferentes países, situações e épocas. Já houve grandes crises e grandes endividados. Salvaram-se, e até inverte-

ram a situação, aqueles países que optaram pelo aumento de produção via capitalização das suas empresas. Ao que já se faz e se tenta incrementar acrescentaria algo que tem jeito de ovo de Colombo e guarda eficiência decisória segundo a crença de quem conhece as potencialidades brasileiras e o ânimo dos seus trabalhadores e empresários.

Hoje, para obter a conversão da dívida, o governo deve emitir o dinheiro — cruzados novos — com que habilita a empresa a assumir — em dólares — a dívida oficial junto a um credor (geralmente banco) estrangeiro. E emitir é outro poderoso entrave ao desenvolvimento. Pois a fórmula, não mágica, porém racional e factível, será a empresa assumir a dívida e receber do governo — não dinheiro onerosamente emitido —, porém crédito a ser descontado em impostos, como, por exemplo, o de renda, o IPI. A importância negociada entre governo e empresa, sob a dis-

ciplina de uma lei específica, só poderá ser destinada à capitalização da empresa. Esta, assim robustecida, agilizada pela confiança e pela atuação do credor, investirá. Investindo, produzirá mais. Produzindo mais, criará empregos, pagará maiores tributos, abrirá opções no mercado. No fim, o grande beneficiado será o governo que se livrou da dívida, não emitiu, cobrou mais impostos pelo aumento da atividade econômica, viu minorada a pressão social do desemprego e acelerada a ascensão do povo rumo ao gozo de bens e serviços.

Não se fale nem se esperem milagres. O problema total da dívida não será resolvido nem por essa nem por outra fórmula. Porém, se esta conseguir aliviar em, digamos, até 20% o problema, será o suficiente para que respiremos aliviados todos os que amamos o Brasil e queremos uma vida digna para os que aqui vivem.

(\*) Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Holanda.